



**CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA PARCIAL E DE ALTERAÇÃO AO
CONTRATO CONSTITUTIVO
DO FUNDO DE PENSÕES PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA**

ENTRE


FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., anteriormente designada Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., com Sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30 e com o capital social de EUR 605.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500.918.880;

e

CGD PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A., com sede em Lisboa, na Av. João XXI, n.º 63, 2º piso, e o capital social de EUR 3.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número de matrícula e de pessoa coletiva 502.777.460;

Considerando e tendo como pressuposto que:

1. O Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança, adiante também designado por Fundo, foi constituído em 31 de Dezembro de 1997 mediante a celebração, na mesma data, de um Contrato Constitutivo, o qual foi posteriormente alterado em 1 de Janeiro de 2008;
2. Em 23 de Dezembro de 2011 foi celebrado um novo Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012 (adiante designado por “Novo CCT”);
3. Em 28 de Março de 2013, foi publicada a Portaria n.º 134/2013, que estendeu o âmbito subjectivo de aplicação do Novo CCT, designadamente e para o que aqui releva, a todos os empregados do setor segurador, com exceção dos filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins;
4. O Novo CCT veio alterar os benefícios na reforma que decorriam do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que vigorava anteriormente (adiante designado por “Anterior CCT”), cujo texto consolidado foi publicado no



Boletim do Trabalho e do Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, com as alterações posteriores, publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de Agosto de 2009;

5. Em 31 de Maio de 2012 a Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A., alterou a sua denominação social para Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.;
6. Para financiamento do Plano Individual de Reforma previsto no Novo CCT, e mais precisamente nas suas Cláusulas 48.^a e 49.^a do seu Capítulo IX “Plano de Poupança e Pré Reforma”, é constituído, na data da celebração do presente contrato, um novo Fundo de Pensões Fechado, designado Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas, de que a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. é um dos associados fundadores;
7. Importa alterar a redação do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança, adaptando-a à nova realidade decorrente dos aspetos mencionados nos pontos anteriores dos presentes considerandos.

É acordado pelos contraentes alterar a redação do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2012, que passa a ser a seguinte:

Cláusula I

Denominação

O Fundo de Pensões fechado denomina-se “Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança”, sendo adiante abreviadamente designado por Fundo.

Cláusula II

Objectivo

O Fundo tem por objetivo garantir o financiamento do Plano de Pensões adiante definido.

Cláusula III

Início e Duração e Data Aniversária

O Fundo constituiu-se em 31 de Dezembro de 1997, durará por tempo indeterminado e tem a sua data aniversária em 31 de Dezembro de cada ano.

Cláusula IV

Associado

O Fundo tem apenas um Associado, que é a FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., adiante também designada por Associado ou por Fidelidade.

Cláusula V

Participantes

1. São Participantes do Fundo os trabalhadores no ativo do Associado que, cumulativamente:
 - a) tenham transitado da ex-Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A., e que se encontravam abrangidos pelos benefícios na reforma estabelecidos pelo Anterior CCT, por terem sido admitidos até 22 de Junho de 1995 ou após essa data, mas, neste último caso, ou transitados do setor segurador e com vínculo a esse setor anterior a 22 de Junho de 1995 ou aos quais haja sido contratualmente atribuído direito a pensão de reforma;
 - b) não se encontrem abrangidos pelo Novo CCT, .
2. São ainda Participantes, os trabalhadores enquadráveis na alínea a) do número anterior que, na data da celebração do presente contrato, se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012.
3. São também Participantes, os trabalhadores enquadráveis na alínea a) do número anterior que, em data posterior à da celebração do presente contrato, passem a estar abrangidos pelo Novo CCT, enquanto não se verificar a transferência prevista no n.º 3 da Cláusula IX.
4. Por fim, são igualmente Participantes os trabalhadores no ativo do Associado que, ainda que não se enquadrem nos números anteriores da presente Cláusula, tenham transitado da ex-Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A. e com os quais o Associado possa vir a celebrar um acordo de pré-reforma, sendo estes, contudo, apenas considerados Participantes para efeitos da possibilidade de pagamento das respetivas prestações de pré-reforma através do Fundo e nunca para efeitos dos demais benefícios pelo mesmo financiados.



Cláusula VI

Beneficiários

1. São Beneficiários do Fundo as pessoas singulares com direito a uma prestação a título de pré-reforma, reforma por velhice ou invalidez, nos termos estabelecidos no Plano de Pensões referido na Cláusula X, independentemente de terem sido ou não Participantes.
2. Como consequência das transferências referidas na Cláusula IX, o universo de Beneficiários fica limitado:
 - a) aos ex-trabalhadores e pré-reformados que já se encontrem nessa situação na data da celebração do presente contrato, por se terem reformado por velhice ou por invalidez;
 - b) aos trabalhadores enquadráveis na Cláusula anterior que, também nesta data, não se encontrem abrangidos pelo Novo CCT e venham a reformar-se por velhice ou por invalidez sem que passem a estar abrangidos por esse Contrato Coletivo;
 - c) aos Participantes que se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012 e venham a passar à situação de reforma por velhice ou invalidez.
 - d) aos trabalhadores do Associado que tenham transitado da ex-Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A. e que com este venham a celebrar um acordo de pré-reforma, em data posterior à da celebração do presente contrato.

Cláusula VII

Entidade Gestora

O Fundo é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., adiante também designada por Entidade Gestora.

Cláusula VIII

Património Inicial

O património inicial do Fundo foi de 3.329.635.000\$00 (três mil trezentos e vinte e nove milhões seiscentos e trinta e cinco mil escudos), o correspondente a EUR


16.608.149,36 (dezasseis milhões seiscentos e oito mil cento e quarenta e nove euros e trinta e seis cêntimos), integralmente realizado em numerário.

Cláusula IX

Transferência de Património para o Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE -

COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas

1. Na presente data é transferido para o Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas o montante correspondente ao somatório dos seguintes valores:
 - (a) Responsabilidades por serviços passados, com pensões de reforma por velhice, relativo aos Participantes existentes em 15 de Janeiro de 2012 e que até à presente data não tenham passado à situação de Beneficiários deste Fundo por reforma por velhice ou invalidez, que estando abrangidos pelo Novo CCT, ou por não serem filiados no SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (“SINAPSA”) ou por terem aderido individualmente a esse mesmo Contrato apesar de serem filiados no SINAPSA, não se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012, no âmbito do Plano de Pensões Decorrente do Anterior CCT (adiante também designado apenas por Plano do Anterior CCT), descrito no Anexo I ao presente contrato, apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e segundo o método atuarial e pressupostos utilizados em avaliação atuarial reportada ao Instituto de Seguros de Portugal para o efeito, definidos no Anexo II ao presente contrato;
 - (b) Atribuição, sobre os valores referidos na alínea anterior, de uma rendibilidade efetiva de 12,56% (taxa resultante da média, ponderada pelo valor patrimonial em 01-01-2012 de cada Fundo/ Adesão Coletiva adiante referido, das rendibilidades registadas no ano de 2012 pelo Fundo de Pensões Fidelidade, Fundo de Pensões Pessoal da Mundial Confiança, Fundo de Pensões Pessoal da Império Bonança, Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros e Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente - através do qual é financiado o Plano de Pensões decorrente do anterior CCT no caso da companhia Via Directa), relativa ao ano de 2012;
 - (c) À atribuição, sobre os valores mencionados nas duas alíneas anteriores, de uma rendibilidade efetiva de 5,61% (taxa máxima, de entre as taxas de rendibilidade registadas em 2013, até ao final do mês anterior ao da



celebração do presente contrato, pelo Fundo de Pensões Fidelidade, Fundo de Pensões Pessoal da Mundial Confiança, Fundo de Pensões Pessoal da Império Bonança, Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros e Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente - através do qual é financiado o Plano de Pensões decorrente do anterior CCT no caso da companhia Via Directa), relativa ao período decorrido no ano de 2013.

2. Os montantes das transferências referidas no número anterior são alocados a contas individuais, no Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas, designadas por "BASE BD", em nome de cada um dos Participantes a que correspondiam.
3. Caso um Participante não enquadrável no número 1 supra por, na presente data, ser filiado no SINAPSA e não ter aderido individualmente a esse contrato coletivo, passe a estar abrangido pelo âmbito subjetivo do Novo CCT, o montante correspondente ao valor das responsabilidades por serviços passados, com a respetiva pensão de reforma por velhice, apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e segundo o método atuarial e pressupostos definidos no Anexo II ao presente contrato, será transferido para o Fundo de Pensões PIR FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS e Associadas e alocado a uma conta individual, naquele fundo, designada por "BASE BD", em nome do Participante a que correspondia, cessando a sua qualidade de Participante.
4. Excluem-se expressamente do número anterior os Participantes que, na presente data, se encontrem em situação de pré-reforma anterior a 1 de Janeiro de 2012, no âmbito do Plano do Anterior CCT.

Cláusula X

Plano de Pensões

1. As prestações de pré-reforma e as pensões de reforma por velhice ou invalidez a cargo do Fundo, são as previstas no Plano de Pensões constante no Anexo I ao presente contrato e que dele faz parte integrante.
2. Sempre que no referido Anexo I surja a sigla CCT, esta deverá entender-se como sendo referente ao Anterior CCT.

Cláusula XI

Financiamento

O financiamento do Plano de Pensões fica totalmente a cargo do Associado, não existindo contribuições dos Participantes.

Cláusula XII

Regras de Administração

No âmbito das funções de gestão do Fundo, a Entidade Gestora prosseguirá sempre objetivos de rentabilidade e de segurança e assegurará o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula XIII

Depósito dos Valores

1. Os valores que integram o património do Fundo e, bem assim, os documentos representativos das aplicações daquele serão depositados na Instituição Depositária definida no Contrato de Gestão.
2. A Entidade Gestora poderá transferir os valores do Fundo para outra instituição Depositária, desde que para tanto obtenha o acordo prévio do Associado e comunique a alteração ao Instituto de Seguros de Portugal.

Cláusula XIV

Transferência da Gestão

1. O Associado pode transferir, no todo ou em parte, a gestão do Fundo para outra ou outras entidades gestoras, desde que notifique a Entidade Gestora com uma antecedência mínima de noventa dias relativamente à data aniversária em que pretenda que aquela produza efeitos.
2. A efetiva transferência da gestão do Fundo depende de autorização do Instituto de Seguros de Portugal.
3. O Associado suportará todos os custos emergentes da transferência da gestão do Fundo.

Cláusula XV

Empréstimos

Não são concedidos pelo Fundo quaisquer empréstimos aos Participantes.

Cláusula XVI

Alterações Contratuais

O Associado e a Entidade Gestora poderão livremente alterar o conteúdo do presente contrato, desde que exista acordo entre ambos, com as limitações previstas na legislação que em cada momento estiver em vigor, e que obtenham para o efeito autorização prévia do Instituto de Seguros de Portugal.

Cláusula XVII

Representação do Associado

O Associado assegurará a sua representação através do seu órgão de gestão ou das pessoas ou entidades em quem este haja delegado poderes bastantes.

Cláusula XVIII

Cancelamento de Contribuições

Se o Associado pretender deixar de contribuir para o Fundo, deverá comunicar tal facto mediante aviso prévio de noventa dias, por carta registada dirigida à Entidade Gestora e aos Participantes.

Neste caso, o Associado apenas será responsável pelo pagamento de importâncias devidas em data anterior à tomada de efeito da referida comunicação.

Cancelado nestes termos o pagamento das contribuições, o Fundo deverá ser liquidado.

Cláusula XIX

Extinção do Associado

Em caso de extinção do Associado, por falência ou cessação de atividade, o Fundo deverá ser liquidado, salvo se a responsabilidade pelo financiamento do Plano de Pensões for assumida por uma outra entidade.

Cláusula XX

Extinção da Entidade Gestora

Se a Entidade Gestora cessar a atividade, deverá comunicar tal facto ao Associado com um aviso prévio de três meses e assegurar a transferência da gestão do Fundo para outra entidade habilitada.

Cláusula XXI

Causas de Extinção do Fundo

O Fundo extinguir-se-á por:


- a) Realização do seu objetivo ou por este se tornar impossível;
- b) Falta de meios patrimoniais ou financeiros do Fundo ou do Associado, nomeadamente em caso de incumprimento dos requisitos legais de financiamento do Plano de Pensões;
- c) Em caso de extinção do Associado, salvo se a responsabilidade pelo financiamento do Plano de Pensões for assumida por uma outra entidade;
- d) Nos casos especialmente previstos na Lei.

Cláusula XXII

Liquidação do Fundo

No momento da sua extinção, suspenso o pagamento das contribuições, deve ser liquidado o património do Fundo que lhe estiver afeto, e, após o pagamento de todas as despesas devidas, devem ser garantidos os seguintes direitos aos Participantes e Beneficiários respetivos, considerando no cumprimento de tais responsabilidades a seguinte ordem de precedência:

- a) Em primeiro lugar, a continuidade do pagamento das pensões, através da aquisição junto de uma seguradora de rendas imediatas, vitalícias ou temporárias, para todos os Beneficiários existente à data da extinção do Fundo;
- b) Em segundo lugar, a imediata entrada em pagamento das pensões correspondentes aos Participantes que, encontrando-se em atividade, tenham atingido ou ultrapassado a idade normal de reforma;
- c) Em terceiro lugar, a aquisição de rendas vitalícias, diferidas para a idade normal de reforma por velhice, para os Participantes no ativo, tendo em conta, relativamente a cada Participante, o respetivo salário e o número de anos de carreira ao serviço da empresa;
- d) Em caso de insuficiência financeira, o património do Fundo responderá, preferencialmente pelas responsabilidades enunciadas e pela ordem das alíneas anteriores, com recurso a rateio proporcional às respetivas responsabilidades naquela em que for necessário;

- 
- e) Por último, assegurados os direitos referidos nas alíneas anteriores, se existir algum valor remanescente, este será utilizado para aumentar, de forma proporcional, as respetivas pensões.

A extinção do Fundo deve ser precedida de autorização do Instituto de Seguros de Portugal.



Cláusula XXIII

Arbitragem

1. Os diferendos que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes, relativamente à interpretação, aplicação ou execução das disposições do presente contrato, serão dirimidas por recurso à arbitragem.
2. O tribunal arbitral funcionará na Comarca de Lisboa, competindo aos árbitros definir as regras do processo.
3. No omissso, aplicar-se-á a lei da arbitragem em vigor ao tempo em que o tribunal for constituído.

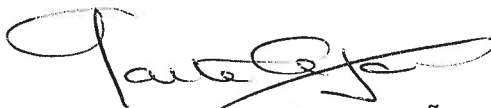
Feito em duas vias e assinado pelas partes.

Lisboa, 31 de dezembro de 2013

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.





CGD PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

ANEXO I
AO CONTRATO CONSTITUTIVO DO
FUNDO DE PENSÕES PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA

PLANO DE PENSÕES

1. Benefício de Reforma por Velhice:

Cada Participante com direito a pensão de reforma a cargo do Associado, que entre na situação de reforma por velhice concedida pela Segurança Social e que tenha prestado, pelo menos, 120 meses de serviço efetivo, seguidos ou interpolados, na atividade seguradora, terá direito a uma pensão vitalícia, pagável mensal e postecipadamente, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \times 14/12 \times R) - (0,022 \times n \times S/60)$$

em que:

P = pensão mensal a suportar pelo Fundo;

R = último salário efetivo mensal na data da reforma;

n = número de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social ou sistemas equiparados;

S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidiram contribuições para a Segurança Social;

No caso de o resultado do produto do fator 0,022 por n ser inferior a 0,3 ou superior a 0,8, serão estes os valores a considerar.


2. Benefício de Reforma por Invalidez:

Cada Participante com direito a pensão de reforma a cargo do Associado que venha a ser reformado pela Segurança Social por invalidez antes da data normal de reforma, desde que tenha prestado, pelo menos, 60 meses de serviço efetivo, seguidos ou interpolados, na atividade seguradora, terá direito a uma pensão vitalícia, pagável mensal e postecipadamente, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,022 \times t \times 14/12 \times R) - (0,022 \times n \times S/60)$$

em que:

P = pensão mensal a suportar pelo Fundo;



t = tempo de serviço em anos na atividade seguradora;

R = último salário efetivo mensal na data da reforma;

n = número de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social ou sistemas equiparados;

S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidiram contribuições para a Segurança Social;

No caso de o resultado do produto do fator 0,022 por t ser inferior a 0,5 ou superior a 0,8, serão estes os valores a considerar.

No caso de o resultado do produto do fator 0,022 por n ser inferior a 0,3 ou superior a 0,8, serão estes os valores a considerar.

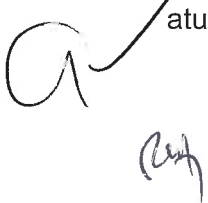
3. Benefício de Pré-Reforma:

Cada trabalhador do Associado que tenha transitado da ex-Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A. e que com este acorde a passagem à situação de pré-reforma, terá direito à prestação pecuniária total anual de pré-reforma acordada, pagável postecipadamente nos termos previstos nesse acordo.

O pagamento pelo Fundo da prestação de pré-reforma pressupõe o pagamento prévio pelo Associado de uma contribuição extraordinária para o Fundo correspondente ao valor integral das responsabilidades relativas à prestação de pré-reforma a garantir, de acordo com o estudo técnico atuarial e financeiro para o efeito realizado.

O direito às prestações de pré-reforma cessa na data em que o pré-reformado preencha as condições legais mínimas para requerer a reforma à Segurança Social ou se reformar por invalidez.

Se o pré-reformado tiver direito a pensão de reforma nos termos dos números anteriores, a sua pensão será calculada, na data em que venha a ser reformado pela Segurança Social, por aplicação das respetivas fórmulas aí previstas, tendo em consideração que, salvo disposição em contrário no respetivo acordo de pré-reforma, o salário a ter em conta para efeito de cálculo das pensões de reforma por velhice ou por invalidez dos trabalhadores pré-reformados é constituído pelo ordenado mínimo e suplementos previstos, respetivamente, nas cláusulas 43.^a e 46.^a do CCT, atualizados de acordo com os valores em vigor na data da passagem à reforma.



4. Atualizações dos Benefícios:

A atualização dos benefícios consagrados neste Plano de Pensões será efectuada de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho que ao caso seja aplicável. As prestações de pré-reforma serão atualizadas em conformidade com o estipulado no acordo individual de pré-reforma celebrado com o beneficiário.

ANEXO II
AO CONTRATO CONSTITUTIVO DO
FUNDO DE PENSÕES PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA

FUNDO DE PENSÕES PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA
AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE PENSÕES A 31/12/2011

Pressupostos	
Tábua de mortalidade Homens Mulheres	TV 73/77(-2) TV88/90(-2)
Idade de Reforma	65 anos
Número de Pensões/Prestações ano	14
Taxa de Desconto	5,5%
Taxa Anual de Crescimento Salários dos Activos/Pré-Reformas Pensões	2,0% / 1,25% 0,75%

Nota:

Não foram utilizados decrementos de invalidez. O método de cálculo utilizado para a reforma por velhice foi o do *Projected Unit Credit*. O valor atual das responsabilidades com as pensões em pagamento foi obtido através das fórmulas de cálculo de rendas vitalícias e temporárias imediatas.